

MEIO AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA



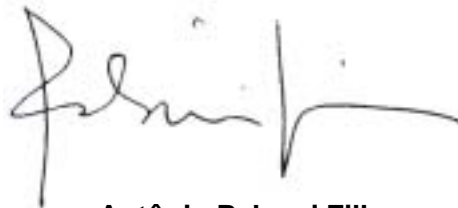
*Meio Ambiente
e Qualidade
de Vida no
Brasil*

| *Apresentação*

O principal compromisso do governo Lula na busca de um desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente viável para o Brasil será trabalhar incansavelmente pela melhoria da qualidade de vida e por um ambiente saudável para todos. É o mesmo compromisso manifesto na Agenda 21, que ainda não foi devidamente implementada no Brasil.

Povos de todo o mundo reconhecem que somos uma terra privilegiada. O próprio imaginário popular se encanta com as florestas, rios, montanhas, cachoeiras e praias que dominam a nossa paisagem natural.

A criatividade e a alegria de nosso povo inspiraram este nosso compromisso pela revitalização das cidades, recuperação das águas, universalização do saneamento, pelo alimento bom e saudável, pela valorização da cultura e respeito pela nossa diversidade étnica, biológica e cultural.



Antônio Palocci Filho
Coordenador do Programa de Governo

Sumário

Apresentação	5
I. Introdução	8
II. A crise ambiental no Brasil	9
III. Política socioambiental do governo Lula	12
Ministério do Meio Ambiente	14
Prioridade para a água	14
Saneamento ambiental	15
Diretrizes da política nacional de saneamento ambiental	16
Conservação de recursos naturais e biomas	17
Florestas	18
Mata Atlântica	18
Biodiversidade	19
Caatinga e Semi-árido	20
Cerrado	22
Pantanal	22
Mar e zona costeira	23
Recursos minerais	24
Alterações climáticas	24
Desertificação	25
Fontes alternativas para financiamento da política socioambiental	26
IV. Propostas de integração com outras políticas	26
Reforma agrária	26
Agricultura	27
Transgênicos	28
Política urbana	28
Mobilidade sustentável	29
Política industrial	30
Energia	30
Turismo	31
Ciência e tecnologia a serviço da qualidade ambiental	31
Educação Ambiental	31
Siglas	32

I. Introdução

O princípio primeiro é a vida, a defesa da vida em todas as suas formas e manifestações. É a busca constante de qualidade e de equilíbrio nas relações entre as pessoas e delas com a natureza. Isto só pode ser alcançado sob uma concepção de desenvolvimento na qual os seres humanos e a natureza não sejam simplesmente explorados para usufruto e bem-estar de uns poucos. Um desenvolvimento voltado para a justiça social, integrando também o direito a um ambiente saudável para todos.

Assim, meio ambiente saudável e qualidade de vida para os brasileiros dependem da ruptura com a histórica exclusão social e a degradação dos recursos naturais. Ao lado da desigualdade social há uma crônica injustiça ambiental: os mais pobres ocupam sempre as áreas mais poluídas, mais inseguras ou mais degradadas, expressando a distribuição desigual dos benefícios ambientais que marca o nosso País.

A maioria da população brasileira encontra-se hoje exposta a graves riscos ambientais, seja no local de trabalho, de moradia ou no ambiente em que transita. Trabalhadores, minorias étnicas, populações tradicionais e grupos sociais mais vulneráveis correm riscos decorrentes da exposição a substâncias perigosas, da falta de saneamento básico, de moradias erguidas em encostas íngremes ou em beiras de cursos d'água sujeitos a enchentes, da proximidade de lixões ou depósitos de lixo tóxico, ou até mesmo do fato de viverem sobre gasodutos ou sob linhas de alta-tensão. Como regra, os grupos sociais de menor renda são os que têm menos acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária. Nas regiões da fronteira de expansão das atividades econômicas, esses segmentos sofrem, por sua vez, as pressões do deslocamento compulsório de suas áreas tradicionais de moradia e trabalho, perdendo o acesso à terra, às florestas e aos rios, sendo expulsos por grandes projetos agropecuários, hidrelétricos, madeireiros, entre outros.

Para o nosso governo, a busca de justiça ambiental significa: (a) que a maioria da população não se exponha aos efeitos ambientais negativos da operação econômica ou política; (b) que tenha acesso justo e equitativo aos recursos naturais (conservando e utilizando de maneira racional); (c) assim como às informações relevantes sobre o uso dos recursos, a destinação adequada de rejeitos, a localização precisa de fontes de riscos ambientais e a processos democráticos de decisão sobre políticas e projetos que lhes dizem respeito; (d) respeitando o direito de ser protagonista, de se organizar e influir.

Os principais problemas ecológicos, demonstram a estreita relação existente entre degradação ambiental e degradação social. Nosso governo enfrentará o desafio de internalizar no Estado brasileiro, como um todo orgânico, a idéia-força de sustentabilidade ambiental, que funcionará como um dos eixos estruturais das políticas públicas. Não se trata apenas da conservação dos recursos naturais, mas sobretudo das formas sociais de apropriação e uso desses recursos. Por isso o nosso governo estimulará a realização de uma Conferência Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento, de modo a estimular o livre debate sobre as estratégias da sustentabilidade ambiental.

O patrimônio natural do Brasil é uma referência para o país, tanto pelo valor simbólico quanto pelo caráter estratégico de seus recursos em qualquer projeto sensato de desenvolvimento. A participação da economia brasileira na base produtiva mundial ainda se dá predominantemente por meio da exploração de nosso patrimônio natural. Essa é uma de nossas grandes vantagens comparativas. Mas desenvolver o Brasil com responsabilidade social significa internalizar os custos ambientais ao processo produtivo e substituir as exportações de produtos primários, *in natura*, que geram poucos empregos e mantêm nosso país tecnologicamente dependente por produtos de maior valor agregado. Somos um país com grande potencialidade para atingir um estágio avançado de regulação das atividades produtivas, compatível com a sustentabilidade dos recursos naturais, a valorização da biodiversidade, a diversificação da agricultura e da pecuária, o manejo da produção florestal e extrativista e o uso adequado da água.

II. A crise ambiental no Brasil

A Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 - a Eco 92 - reuniu mais de 100 chefes de Estado de todo o mundo. Entretanto, em lugar de uma política ambiental abrangente, íntegra na defesa de nosso patrimônio natural, com incentivos a alternativas produtivas sustentáveis, o que se viu no país foi o esvaziamento de políticas públicas e o isolamento da área ambiental, relegada à condição de setor secundário. As conseqüências desse equívoco foram o agravamento da degradação ambiental nas cidades, no campo e nas florestas.

Convenções. A Convenção da Diversidade Biológica é a que mais interessa a países como o Brasil, em razão de sua notória riqueza biológica e sociocultural. Cerca de 20% da biodiversidade do planeta estão concentradas em nosso território. Caberia ao governo brasileiro, portanto, criar rapidamente mecanismos de identificação, proteção e regulamentação do acesso a esses recursos genéticos, como os projetos de lei apresentados pelo PT com esta finalidade no Congresso, primeiro em 1995, depois em 1998.

Paralelamente, atos de biopirataria são denunciados por comunidades tradicionais, pesquisadores e veículos de comunicação. Em maio de 2000, um desses casos bateu à porta do próprio Governo Federal. Foi um contrato entre a organização social Bioamazônia, criada pelo governo, e a empresa farmacêutica multinacional Novartis, que se tornou um escândalo nacional, em razão de ser considerado lesivo ao patrimônio brasileiro. O Ministério do Meio Ambiente cancelou o contrato, mas o governo baixou Medida Provisória tentando regulamentar o acesso ao patrimônio genético, que tem sido fortemente criticada. Assim, dez anos após assinar a Convenção da Diversidade Biológica, o país continua vulnerável à biopirataria, sem uma lei para proteger a biodiversidade e o conhecimento tradicional associado.

No debate a cerca da Convenção sobre Alterações Climáticas, o governo brasileiro assumiu posição de destaque nas negociações do Protocolo de Kyoto, mas não vem cumprindo satisfatoriamente o seu papel na redução das emissões de gases de efeito estufa, notadamente o dióxido de carbono – CO₂. Além da poluição atmosférica proveniente das indústrias e da frota automobilística, o Brasil emite anualmente cerca de 200 milhões de toneladas de carbono – quase três vezes mais do que a queima de combustíveis fósseis – com o desmatamento e, sobretudo, com as queimadas e incêndios florestais. Sem contabilizar esta fonte, o país ocupa a 20ª posição entre os países mais poluidores do mundo; com ela, sobe para a 6ª colocação. Na área de geração de energia, as termoeletricas passaram a ser quase que uma prioridade, o que também contribui para aumentar ainda mais a emissão de gases, enquanto as alternativas energéticas limpas continuam inexploradas, como a energia solar e a eólica.

Destruição das Florestas. Segundo dados divulgados pelo INPE, o total devastado na floresta amazônica entre agosto de 1999 e agosto de 2000, foi de 19.836 km². Isso representa um crescimento de quase 15% em relação ao que ocorreu no período anterior. Apesar disso, a administração desses dados não tem servido para a elaboração de políticas de controle eficazes nem para qualificar o desflorestamento, que em toda a Amazônia aproxima-se dos 600 mil km², uma área maior do que o território da França. Grande parte do desflorestamento se concentra no chamado “arco do desmatamento”: uma enorme faixa de terra ao longo dos estados de Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Pará.

De acordo com resultados obtidos com o Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), um estudo conjunto realizado pelo INPE e pela NASA, no período de queimadas aquela região registra índices de ozônio e de material particulado em suspensão na atmosfera superior ao que se verifica na própria cidade de São Paulo durante as inversões térmicas. O ozônio prejudica as florestas primárias; o material particulado debilita a saúde da população residente; e ambos provocam uma redução e um atraso na estação das chuvas

na região. Este fenômeno tem sido constatado especialmente em Rondônia, onde a seca já começa a prejudicar a atividade agrícola em algumas localidades.

O desflorestamento na Amazônia está ligado à perversa combinação entre as atividades da indústria madeireira e das frentes de expansão da fronteira agropecuária. Atualmente, cerca de 70% da atividade madeireira na Amazônia está sendo conduzida sem a necessária elaboração de planos de manejo. O atual modelo agrícola, centrado predominantemente na monocultura de grãos e na pecuária extensiva, articula-se com a exploração predatória de madeira, gerando forte pressão sobre as florestas, sem sequer representar uma alternativa expressiva de desenvolvimento ou de geração de emprego e renda na região.

Na Mata Atlântica, a situação não é melhor. Vista como um dos mais ricos conjuntos de ecossistemas em termos de diversidade biológica do planeta, estima-se que abrigue cerca de 20.000 espécies vegetais, o que seria equivalente a 33% de todas as espécies nativas do país e a quase 10% de todas as espécies de plantas existentes na Terra. Originalmente, os domínios da Mata Atlântica cobriam uma área superior a 1,3 milhão de km², ao longo de 17 estados brasileiros, o que correspondia a cerca de 15% do território nacional. Hoje, seus remanescentes cobrem juntos um total de aproximadamente 100 mil km², o equivalente a menos de 8% da área original.

Os riscos que essa perda representa podem ser medidos pela parcela de megadiversidade biológica que está sendo ameaçada. Das 202 espécies de animais considerados oficialmente ameaçados de extinção no Brasil, 171 encontram-se na Mata Atlântica. Graças à pressão da sociedade e de movimentos ambientalistas da região, o ritmo do desmatamento arrefeceu, mas prossegue, enquanto o Projeto de Lei 3.285, que estabelece mecanismos e procedimentos de proteção da Mata Atlântica, aguarda votação há quase dez anos na Câmara dos Deputados.

O Cerrado é outro de nossos grandes biomas que está sendo degradado, principalmente pela predatória ocupação de que tem sido alvo nos últimos quarenta anos. Os principais resultados (ambientais e sociais) desse modelo de ocupação foram desastrosos: de um lado, um desmatamento superior a 50% da cobertura original, com a conseqüente perda de diversidade biológica; de outro, a concentração da riqueza, a exclusão social e a desintegração de modos tradicionais de vida baseados no uso de recursos locais.

Saneamento ambiental. Dados do BNDES indicam que 15 milhões de brasileiros não têm acesso à rede de água e 39 milhões não contam com esgotamento sanitário- a maioria reside em habitações de baixa qualidade nas favelas e bairros periféricos. Ainda hoje, ter uma ligação domiciliar não significa dispor de água potável diariamente, mesmo nas metrópoles. Além disso, uma parcela significativa da população urbana que dispõe de saneamento ainda convive com serviços precários. O resultado é que quase todo o esgoto sanitário coletado nas cidades é despejado *in natura*, sem qualquer tipo de tratamento, em cursos de água doce ou praias, constituindo-se assim em uma importante fonte de contaminação e doenças.

Diversos fatores concorrem para a estagnação dos sistemas de saneamento no Brasil. As companhias estaduais de saneamento, por exemplo, vivem o período crítico do fim das concessões de serviços feitas há cerca de 30 anos pelo Planasa. Ao mesmo tempo, os operadores sob controle municipal e estadual são mantidos sem acesso a recursos para financiar seus investimentos. Nesse período, a Funasa repentinamente suspendeu o apoio técnico-administrativo que prestava a várias autarquias municipais de água e esgoto sem qualquer processo de preparação, o que contribuiu para a deterioração de alguns serviços e até mesmo para a privatização de outros. Com algumas exceções, os poucos recursos alocados pela União nessa área são pautados por interesses clientelistas.

Em todo o país, são produzidas mais de 125 mil toneladas diárias de lixo, sendo que 68,5% dos resíduos sólidos das grandes cidades, segundo o IBGE, são despejados em lixões e alagados a céu aberto, contaminando fontes de águas superficiais e subterrâneas, o solo e o ar. A privatização do setor de limpeza pública vem ocorrendo desde fins da década de 1970. A partir da década de 1990, as empresas prometiam reduzir os índices de resíduos sólidos urbanos dispostos de maneira inadequada, o quê, segundo os dados da PNAD-IBGE, não ocorreu, nem mesmo com o aumento da tarifa média cobrada.

Quanto à drenagem urbana, apesar da falta de dados mais precisos, estima-se em cerca de 45 milhões de pessoas aquelas diretamente afetadas pela ausência desse serviço, ficando expostas a doenças como hepatite A, leptospirose e diarreias. Os danos à saúde resultantes desta situação não ameaçam apenas aqueles que sofrem diretamente com a precariedade ou a ausência de saneamento. A epidemia de dengue, que se generalizou em razão de condições socioambientais precárias, atingindo indistintamente brasileiros ricos e pobres, é apenas um exemplo das situações de risco que podem ocorrer: o sistema de saúde pública torna-se vulnerável quando uma parcela expressiva da população vive em condições insalubres. Esse déficit de saneamento explica também o retorno do cólera, o crescimento da leishmaniose e a urbanização da febre amarela.

Quanto aos resíduos industriais perigosos, estimativas indicam que dos 2,9 milhões de toneladas geradas por ano no país, apenas 600 mil toneladas (cerca de 22%) recebem tratamento adequado (fonte: *Abetre*). Os 78% restantes são despejados indevida e irregularmente em lixões, sem qualquer tratamento preliminar, gerando ao longo da última década um passivo ambiental da ordem de R\$ 5 bilhões, apenas no estado de São Paulo.

O Brasil é uma potência hídrica em um mundo onde a água potável está se tornando um recurso escasso. Apenas recentemente, porém, os recursos hídricos vêm se constituindo como foco de políticas públicas, seja na proteção aos mananciais em áreas de risco, nos centros urbanos ou em áreas degradadas, seja na regulação do acesso e uso de suas fontes. Entretanto, as nossas nascentes e corpos d'água continuam sofrendo fortes pressões, tanto pelo uso e ocupação irregular das cabeceiras, quanto pela destruição das matas ciliares e pelo lançamento de efluentes domésticos e industriais.

Desenvolvimento rural. Nos últimos anos, a maior parte dos avanços verificados em relação a iniciativas de desenvolvimento local sustentável, que tem se constituído em experiências relevantes principalmente na Amazônia, foram protagonizados por organizações sociais ou governos locais. Mesmo entre projetos apoiados pelo Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), os melhores resultados foram alcançados por comunidades, associações e organizações não-governamentais.

O governo federal, porém, orientou-se basicamente pelos interesses dos grandes empreendimentos agropecuários, da monocultura de grãos, da grande indústria de sementes, de agrotóxicos e de fertilizantes. O conflito entre esse modelo de produção agrícola e a legislação ambiental tornou-se mais evidente por ocasião das polêmicas recentes em torno das alterações no Código Florestal. Até mesmo setores da agropecuária voltada para monocultura de grãos começam a contabilizar perdas de produtividade em algumas localidades onde os fortes impactos ambientais negativos têm empobrecido o solo e comprometido a quantidade e a qualidade das fontes de água.

Ainda assim, permanece o uso intensivo de agrotóxicos, responsável por manter o Brasil na vergonhosa posição de 3º maior consumidor mundial destes produtos, atrás apenas dos EUA e do Japão. Enquanto isso, a produção familiar agrícola ou extrativista mais orientada para padrões sustentáveis e maior geradora de trabalho no campo, continua relegada a programas localizados e inconsistentes.

Secas. Nas áreas de desertificação, segundo o IPEA, as perdas ambientais por processos de erosão, associadas ao mau uso de solo agrícola e florestal, já são contabilizadas em bilhões de dólares. No Nordeste, os governos sempre desconsideraram os problemas da Caatinga e trataram a seca no semi-árido com medidas emergenciais e assistencialistas. Essa região, que é a mais sacrificada com a instabilidade climática, apresenta grande contingente populacional e os mais elevados índices de pobreza, analfabetismo e desnutrição. Os gastos federais com as ações de combate aos efeitos da seca custam aos cofres públicos bilhões de reais. A maior parte destes refere-se ao pagamento das frentes produtivas e à distribuição de cestas básicas, numa tentativa de garantir a mera sobrevivência alimentar. Esse assistencialismo custa caro, vicia, enriquece uns poucos e humilha a muitos.

Pesquisas da Embrapa revelam que, de cerca de 1,5 milhão de propriedades rurais existentes no semi-árido, menos de 30% dispõem de reservas hídricas suficientes para atravessar os períodos de seca. Outras 500 mil dispõem de recursos hídricos escassos e entram em colapso se as chuvas atrasam; o restante só tem água quando chove, o que faz com que a seca se torne uma tragédia. Consideráveis recursos públicos foram destinados a projetos agroindustriais, muitos dos quais localizados nas margens dos rios ou próximos de grandes açudes, beneficiando grandes empresas e reproduzindo um modelo agrícola caracterizado pela artificialização do meio. Em condições que impossibilitam a sobrevivência e a produção, grande parte dos agricultores tradicionais tem sido expulsa do campo e forçada a deixar seu lugar, engrossando o contingente de migrantes e agravando o processo de favelização nos centros urbanos.

Transgênicos. De acordo com o princípio da precaução, consagrado na Agenda 21, quanto ao potencial impacto dos transgênicos à saúde e ao meio ambiente, o Brasil ainda não pode comercializar os organismos geneticamente modificados (OGMs). Mas o atual governo vem pressionando o Congresso a votar projeto de lei que facilita a liberação dos transgênicos, sem a necessidade de realizar estudos toxicológicos ou ambientais preliminares. Recentemente, o Executivo baixou uma Medida Provisória (2.137/2000), conferindo amplos poderes decisórios para a CTNBio, que já se mostrou abertamente favorável aos OGMs e tem tido, por isso mesmo, sua representatividade diretamente questionada.

III. Política socioambiental do governo Lula

Sintetizamos a seguir 13 propostas que deverão orientar a atuação do governo Lula rumo a um desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente viável.

1. ÁGUA VIDA – Criar um Programa Nacional de Revitalização das Águas, por meio de mobilização nacional, envolvendo os Comitês de Bacia na recuperação e despoluição das águas, nascentes, florestas ciliares e áreas de recarga de aquíferos;

2. CONVIVENDO COM O SEMI-ÁRIDO – Implantar um Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido, por meio da Bolsa-Produção, dos agentes de desenvolvimento do semi-árido e dos conselhos municipais de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, existentes ou a serem criados no interior do Nordeste;

3. SANEAMENTO AMBIENTAL – Formular uma Política Nacional de Saneamento Ambiental a partir de uma Conferência Nacional que assegure o acesso à água de boa qualidade e o direito ao ambiente saudável (esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos, drenagem e controle de endemias e vetores) para todos, com equidade, participação e controle social;

4. ARCO DO REFLORESTAMENTO – Uma mobilização de recuperação florestal, articulando, com base no Zoneamento Ecológico-Econômico, programas e estudos sobre a Amazônia, como

o Programa Nacional de Biodiversidade, o PPG-7, o Proambiente, o Proteger, o LBA, a fim de estancar e reverter a tendência do Arco do Desmatamento na região Norte (RO, MT, TO e PA);

5. RENDA AMBIENTAL – Estudar a criação de um programa de compensação financeira, nos moldes da Renda Mínima ou Bolsa-Escola, para atender populações tradicionais agroextrativistas, cuja atividade produtiva sustentável tem servido para proteger ecossistemas em diversas regiões do país;

6. CIDADE SUSTENTÁVEL – Desenvolver um programa intergovernamental de investimento na revitalização de áreas degradadas das grandes cidades, reordenando o espaço urbano e mobilizando os cidadãos para a melhoria do bem-estar social e da qualidade de vida individual;

7. EMPREGO E MEIO AMBIENTE – Criar programas especiais de geração de emprego, incentivando a indústria de reciclagem, reflorestamento, saneamento ambiental, despoluição das águas, obras e construções urbanas, viveiros e plantio de árvores, contenção de encostas etc;

8. CONFERÊNCIA AMBIENTAL – Realizar um amplo debate sobre os grandes problemas do país na área ambiental e a implementação da Agenda 21, a partir de conferências estaduais e municipais, a ser realizada em conjunto com uma Bienal do Desenvolvimento Sustentável – mostra nacional e internacional de projetos, saber científico e popular, tecnologia apropriada e negócios sustentáveis;

9. MATA ATLÂNTICA URGENTE – Implementar um conjunto de ações de controle e fiscalização dos biomas nacionais ameaçados, em especial a Mata Atlântica, implantando corredores ecológicos e restaurando áreas degradadas;

10. REFORMA AGRÁRIA SUSTENTÁVEL – Criar, no âmbito da reforma agrária, um programa de apoio a assentamentos, com saneamento rural, assistência técnica e extensão apropriadas a áreas de floresta, cerrado, várzea, semi-árido, proteção das áreas de preservação (APP) e ao uso adequado das reservas legais, criando novas reservas extrativistas, pólos agro-florestais e programas de saneamento;

11. EDUCAÇÃO AMBIENTAL – Reestruturar e consolidar o Programa Nacional de Educação Ambiental, envolvendo educadores formais, não-formais e populares de todo o país, mantendo vivo o objetivo permanente de valorizar o patrimônio natural e cultural brasileiro;

12. BIODIVERSIDADE – Rediscutir a Política Nacional de Biodiversidade, mobilizando a comunidade científica, populações locais e tradicionais, governos estaduais e municipais, para ações e medidas de bioprospecção e proteção do patrimônio biológico do país, assegurando a repartição justa e equitativa dos benefícios com as comunidades, de acordo com a Convenção da Diversidade Biológica;

13. SISNAMA – Reestruturar os órgãos do Sisnama, estabelecendo competências específicas; articulando com o Sistema de Recursos Hídricos; ampliando os investimentos do Fundo Nacional do Meio Ambiente; fortalecendo o Conama; redefinindo as funções do Ibama; e assegurando ao Ministério do Meio Ambiente a centralidade da política ambiental no conjunto do governo;

A política ambiental brasileira apresenta uma questão fundamental: como superar a contradição entre um conjunto de regulamentos legais que exige uma maior estrutura do Estado em contraponto à pequena estrutura institucional existente?

O Brasil possui uma legislação socioambiental considerada avançada, com destaque para o capítulo de meio ambiente na Constituição Federal de 1988 e todo o arranjo legal que instituiu a política nacional de meio ambiente. Nosso governo, procurando impulsionar um modelo de desenvolvimento sustentável, trabalhará para que os órgãos de meio ambiente sejam capazes

de combinar de modo mais equilibrado as funções regulatórias com as tarefas de gestão e planejamento, estabelecendo canais de comunicação intersetoriais, facilitando a incorporação da variável ambiental nas estratégias e ações governamentais. Numa perspectiva proativa, a gestão governamental estará mais orientada para o *como se pode fazer* do que, simplesmente, para o que *não se pode fazer*.

No plano internacional, o cenário de degradação social e ambiental, em extensas regiões da Terra, conclama a uma concentração de forças e esforços em favor da cooperação por um mundo melhor. Nas negociações internacionais, o governo Lula estará sempre contabilizando o ativo ambiental do País frente ao passivo dos países ricos, que se desenvolveram com base na exploração acelerada e na devastação de seus territórios. Agora, esses países estão consumindo intensivamente os recursos naturais dos países pobres do mundo. Não é de estranhar, portanto, que os países ricos sejam os que mais contribuem para o chamado efeito estufa da atmosfera, principalmente por causa da liberação crescente de CO₂. No âmbito do Mercosul e do Tratado de Cooperação Amazônica, o Brasil deve exercitar a solidariedade, evitando reproduzir na América Latina as tradicionais relações autoritárias que marcaram o Continente.

Ministério do Meio Ambiente

O Ministério do Meio Ambiente deve recompor a centralidade das políticas ambientais para o conjunto do Sistema, assumindo o seu papel de coordenação estratégica, dialogando permanentemente com os demais ministérios. No âmbito do Sisnama, o Ministério estimulará a coordenação do sistema público e descentralizado, como previsto na legislação brasileira. Isso quer dizer, trabalhar para:

- definir com clareza as competências mutuamente exclusivas do Ibama e dos órgãos ambientais estaduais;
- apoiar a capacitação dos municípios para a gestão ambiental local;
- criar espaços de articulação de forma que o Sisnama tenha capacidade de implementar estratégias verdadeiramente nacionais.

O Ibama será fortalecido. Para tanto, as mudanças que se pode prever para o Ibama estarão mais centradas na reformulação de sua estrutura e na redefinição de suas atribuições, adequando de maneira mais apropriada a sua função de executor das decisões do Conama e das diretrizes e dos planos de Governo, por intermédio do MMA.

O Conama tem se caracterizado como um dos mais ativos conselhos na esfera governamental. A razão principal disso é a representatividade de sua composição, uma conquista dos diversos setores que o compõem, em especial os movimentos ambientalistas e as entidades representativas de estados e municípios. O Conama será fortalecido de modo a consolidar seu papel no âmbito do sistema nacional como um todo. Ainda no âmbito do sistema, deverá ser reestruturado o FNMA, ampliando suas fontes e áreas de atuação, sem descaracterizá-lo como principal agente financiador de projetos na área ambiental.

Prioridade para a água

Água é fonte de vida e alimento para as populações. Evitar a morte de nossos rios será uma das prioridades neste setor. Para a implantação racional de políticas públicas dirigidas para o uso, conservação e gerenciamento dos recursos hídricos é imprescindível uma revisão integrada das potencialidades de todas as bacias hidrográficas do país. O Brasil detém 12% da água doce superficial e a segunda maior disponibilidade *per capita* do planeta. O acesso à água é também um direito social e econômico, mas exige deveres em sua utilização por parte dos agentes econômicos e dos consumidores.

A água deve ser vista como um bem público comum, evitando-se assim sua apropriação privada e mercantilização por aqueles que não contam com o devido aval das comunidades e o credenciamento do Estado, fazendo-se com que se cumpra o que já está legalmente assegurado.

A Política Nacional de Recursos Hídricos e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos estruturaram-se a partir da aprovação da Lei 9.433/97. Nos registros sobre quantidade e qualidade das águas e interferências antrópicas nas bacias hidrográficas brasileiras há que se rever o estado atual das grandes bacias (Amazonas, Paraná e seus afluentes principais), das bacias de médio-grande porte e médio-pequeno porte (São Francisco, Alto Paraguai, Pelotas/Uruguai, rio Doce, Paraíba do Sul, Ribeira de Iguape, Itajaí, Jacuí, Canaçu e Jaguarão). Incrementar o investimento em monitoramento e levantamento de dados primários, capazes de identificar os fatores causadores de problemas e de degradação, deve ser prioridade do novo governo.

Propostas:

Lançar o programa ÁGUA VIDA, como um mutirão nacional pela recuperação de bacias hidrográficas, aproveitando experiências de organizações não-governamentais e de governos (Proágua e Cidadania pelas Águas) com ações de educação ambiental.

Apoiar, estimular e orientar a implantação dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Dar suporte técnico e financeiro na elaboração e execução de projetos integrados de manejo, recuperação e conservação de recursos hídricos, com prioridade para o abastecimento doméstico (programa nacional de conservação e uso racional da água).

Agilizar a regulamentação e implementação dos instrumentos de política de recursos hídricos, fazendo com que o montante arrecadado em cobrança pelo uso das águas seja revertido em prol da recuperação e conservação da bacia de origem do recurso.

Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a implantação de sistemas biológicos alternativos de tratamento de efluentes.

Desenvolver, em parceria com as prefeituras, um programa nacional de aproveitamento da água de chuva.

Implantar o Programa Nacional de Proteção das Nascentes e de Áreas de Recarga.

Instituir um programa de armazenamento e aproveitamento das águas nas propriedades e comunidades, por meio da construção de barragens submersas, cisternas de placa, poços bate-estaca, barreiras e trincheiras.

Saneamento ambiental

Uma Política Nacional de Saneamento Ambiental deverá ser construída como instrumento para a consecução das prioridades do País, abrangendo ações no âmbito do abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão dos resíduos sólidos, drenagem urbana e controle de vetores e reservatórios de doenças transmissíveis, tendo como objetivo último assegurar os direitos humanos fundamentais de acesso à água potável e à qualidade de vida nas cidades e no campo.

Caberá aos municípios a competência constitucional pela regulamentação, organização e decisão sobre prestação ou concessão dos serviços de saneamento no âmbito local. Ao Executivo Federal caberá definir a política nacional de saneamento ambiental, articulada intersetorialmente, integrando e potencializando as ações nos três níveis de governo.

O governo Lula tratará a questão do saneamento como serviço público essencial à promoção e proteção da saúde. O acesso a serviços de saneamento de qualidade é direito social básico a ser assegurado a todos como dever do Estado.

No campo, a implementação de um programa de saneamento rural deverá ser associado a políticas de apoio à distribuição de terra e à produção. São as famílias dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais sem-terra que mais sofrem as conseqüências da insalubridade dos locais de moradia e de trabalho.

Diretrizes da política nacional de saneamento ambiental:

Universalizar o acesso e o uso parcimonioso da água e elevar progressivamente a qualidade dos serviços prestados.

Estimular a prestação de serviços de saneamento por órgãos públicos.

Incentivar a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos.

Articular metas e integrar programas e ações com as políticas de saúde, habitação e reforma urbana, ambiente e recursos hídricos, emprego e renda, e desenvolvimento regional.

Articular o programa de saneamento rural com as políticas de reforma agrária e produção agrícola, e de economia solidária no campo, abrangendo as populações indígenas e demais povos da floresta.

Alocar os recursos sob controle da União por meio de programas formalizados com base em critérios técnicos (epidemiológicos, por exemplo) e regras explícitas, e submetidos a mecanismos eficazes de participação e controle social.

Promover e estimular a recuperação, o desenvolvimento institucional e a democratização das empresas estatais e órgãos públicos de saneamento, municipais e estaduais.

Incorporar a comunicação social e a educação sanitária e ambiental como elementos inerentes aos programas de governo.

Propostas:

Implantar uma política nacional de saneamento ambiental e seus congêneres nos níveis regional e local, articulados entre si e com as políticas nacionais de meio ambiente e recursos hídricos.

Implementar um plano nacional de saneamento rural, incluindo terras indígenas e reservas extrativistas.

Estimular programas de qualidade ambiental, estratégias e medidas de redução de resíduos na fonte e/ou substituição de processos, além do desperdício de energia.

Ampliar os programas e iniciativas de reutilização e reciclagem de resíduos, e a separação e coleta seletiva de resíduos reutilizáveis e recicláveis, até o fomento de mercados para estes resíduos.

Priorizar as ações de saneamento nas áreas de baixa renda dos centros urbanos e de integração das políticas públicas de saneamento ambiental, recursos hídricos, habitação e saúde pública.

Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Ambiental e promover a Conferência Nacional de Saneamento Ambiental.

Implantar um programa de educação sanitária e ampliar e fortalecer o programa de agentes de saúde e saneamento.

Incentivar padrões de produção apoiados no uso sustentado e racional dos bens de consumo, otimizando o uso das utilidades industriais – água, vapor e energia – por meio da Análise Ambiental de Ciclo de Vida (AACV) das diversas matérias-primas utilizadas nas embalagens dos produtos, reduzindo a geração de resíduos sólidos

Conservação de recursos naturais e biomas

Um dos instrumentos da política de proteção dos biomas brasileiros são as UCs, atualmente em processo de regulamentação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O Brasil possui hoje cerca de 45 milhões de hectares de áreas protegidas, num total de aproximadamente 201 UCs, administradas pelo Governo Federal por meio do Ibama. Esta área representa cerca de 5,26% do território nacional, sendo que 2,61% são representadas pelas UCs de Proteção Integral e 5,52% pelas UCs de Uso Sustentável. Esse percentual de áreas protegidas tem sido considerado muito baixo. Uma das principais metas será, portanto, ampliar as áreas protegidas, sobretudo tornando viável a sobrevivência digna das populações que nelas vivem ou que habitam em áreas de entorno.

Integram o esforço de conservação dos biomas nacionais iniciativas que asseguram o desenvolvimento das comunidades tradicionais, que historicamente têm sido guardiãs do patrimônio natural brasileiro. Uma das prioridades do governo Lula será implementar Reservas Extrativistas e Projetos de Desenvolvimento Sustentável, de maneira a assegurar a presença das populações tradicionais, agrícolas, extrativistas, ribeirinhas, pescadores, quilombolas, entre outras, em áreas de relevante interesse social e ambiental.

Propostas:

Implementar e consolidar a administração participativa das UCs, via co-gestão ou gestão compartilhada com as comunidades, ONGs e instituições de pesquisas, elaborando e implementando os Planos de Manejo e programas de educação ambiental nas UCs e entorno.

Priorizar pesquisas, inventários biológicos e elaboração de um programa nacional de monitoramento, controle e proteção da biodiversidade, com a restauração ecológica de UCs degradadas.

Assegurar a implantação de Corredores Ecológicos, principalmente por meio da recomposição de florestas ciliares, tanto na Mata Atlântica como nos demais biomas ameaçados, e ampliar o número de Jardins Botânicos no país.

Implantar o PRO-ECO, um programa de implementação e consolidação das UCs existentes e de ampliação e criação de novas UCs em todos os biomas nacionais, de forma a alcançar a meta dos 10%.

Incentivar a implantação de UCs por parte de estados e municípios por meio, principalmente, de mecanismos tributários.

Buscar novas alternativas para a regularização fundiária de todas as UCs e garantir a desapropriação ou o domínio público das áreas.

Estudar a implantação de um repasse adicional da União para estados e municípios que cumprirem as metas de ampliação de suas áreas de conservação, a exemplo do ICMS Ecológico adotado em Minas Gerais e Paraná.

Florestas

O Brasil ainda detém o maior estoque de florestas tropicais do planeta, com serviços ambientais essenciais, como o equilíbrio climático, o seqüestro de carbono e o ciclo hidrológico. Mas a exploração predatória, o desmatamento e os incêndios florestais estão corroendo esse patrimônio. Iniciativas como o Proambiente na Amazônia (programa de crédito e financiamento para produtores familiares em favor de práticas agrícolas sustentáveis), ainda em fase de implantação, serão consolidadas em função do papel que podem cumprir na mudança do paradigma agrícola, especialmente junto aos produtores familiares. A idéia da compensação às comunidades locais pelos serviços ambientais das florestas que conservam pode também contribuir para viabilizar a sustentabilidade de suas atividades produtivas.

Propostas:

Rediscutir as metas e procedimentos da Política Nacional de Florestas, assegurando os recursos orçamentários necessários aos programas, com ênfase no controle e monitoramento das florestas e no apoio às atividades envolvendo comunidades locais.

Criar um programa de recomposição florística (e da paisagem natural no entorno) de agroecossistemas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Promover o consumo de produtos agroflorestais nos mercados locais e nacionais, inclusive por meio dos programas de merendas escolares, e viabilizar mecanismos para sua inserção nos mercados internacionais.

Incluir custeio e investimento em técnicas de prevenção de incêndios e de substituição das queimadas nas linhas de crédito rurais e nos programas de desenvolvimento existentes;

Estudar mecanismos de descentralizar da arrecadação da taxa de Reposição Florestal, estabelecendo parcerias com organizações da sociedade civil para reflorestamento;

Criar mecanismos que assegurem a utilização de parte dos recursos advindos das multas pagas por empresas por práticas irregulares de exploração florestal, em ações educativas, de formação e de promoção do manejo florestal sustentável.

Promover junto aos órgãos afins uma profunda revisão do conceito de “terra produtiva”, regulamentando a função social, econômica e ecológica das florestas e outras coberturas vegetais.

Desenvolver programa de ampliação de áreas protegidas, criando UCs, apoiando novas RPPN e estabelecendo corredores ecológicos como forma de interligar remanescentes.

Incentivar projetos de geração de renda que visem à recuperação de áreas degradadas, à recomposição de florestas ciliares e de florestas de encostas.

Implantar unidades demonstrativas sustentáveis, de caráter agro-silvícola, em assentamentos e pequenas e médias propriedades rurais.

Mata Atlântica

A Mata Atlântica ainda exerce influência direta ou indireta na vida de mais de 75% da população brasileira. Nas cidades, áreas rurais, comunidades caiçaras e indígenas, ela regula o fluxo dos mananciais hídricos, assegura a fertilidade do solo, controla o clima e protege escarpas e encostas de serras, além de abrigar um patrimônio histórico e cultural gigantesco. Nesse bioma nascem os rios que abastecem a maioria das principais metrópoles brasileiras.

A drástica redução de sua cobertura florestal, sobretudo na faixa litorânea, resulta dos fortes impactos causados pelos ciclos econômicos, da falta de planejamento e, por fim, de simples desperdício do que até bem pouco tempo atrás parecia ser uma fonte inesgotável de recursos. Portanto, a proteção da Mata Atlântica é garantia de estabilidade e bem-estar ambiental nessas regiões, diminuindo os riscos de catástrofes (como, por exemplo, os deslizamentos da Serra do Mar sobre dutos do Pólo Petroquímico de Cubatão-SP) que trazem conseqüências econômicas e sociais extremamente graves.

Uma nova política de proteção e recuperação da Mata Atlântica deve ter ainda o compromisso com os povos que tradicionalmente residem nessas áreas, buscando alternativas de desenvolvimento social e econômico com bases ecológicas, assim como deverá compatibilizar as políticas de reforma agrária com a proteção deste bioma, na perspectiva de incentivo à agroecologia e à agricultura familiar. Assim, uma das prioridades do governo Lula nessa área será contribuir para a mais rápida aprovação do Projeto de Lei da Mata Atlântica (PL-3.285), que tramita na Câmara dos Deputados há cerca de dez anos.

Propostas:

Implementar, juntamente com governos estaduais, municipais e organizações não-governamentais, medidas de incentivo e apoio à recomposição de áreas de floresta.

Implantar efetivamente as UCs já criadas, buscando equacionar e solucionar seus problemas fundiários.

Realizar a formulação participativa de Agendas Positivas com estados e municípios, que gerem programas de proteção da Mata Atlântica.

Desenvolver mecanismos de financiamento e uso sustentável do bioma Mata Atlântica e realizar um inventário florestal permanente.

Implementar o Programa Desmatamento Zero para as áreas de Mata Atlântica.

Implantar o Plano de Monitoramento Participativo da Mata Atlântica.

Implementar medidas referentes à recuperação de florestas de araucárias e de campos naturais no Sul do país.

Biodiversidade

O Brasil detém entre 15 a 20% da biodiversidade mundial. São 55 mil espécies de vegetais, ou 22% do total do planeta, segundo o Livro Verde do Ministério da Ciência e Tecnologia. Numa avaliação preliminar, o Ibama calcula, em termos financeiros, que esse patrimônio natural vale mais de quatro trilhões de reais (quatro PIBs). É importante realçar que essa megadiversidade biológica está quase sempre associada à diversidade cultural de índios, agricultores, extrativistas, pescadores e ribeirinhos que souberam conservar os ecossistemas e desenvolver conhecimentos no uso sustentável dos recursos naturais. Tais conhecimentos têm sido alvo da chamada *biopirataria*. Cálculos preliminares indicam que uma informação local associada a um recurso genético pode economizar em até dez vezes o tempo e a despesa com a pesquisa de remédios, cosméticos e outros produtos da biotecnologia. A Convenção da Diversidade Biológica, assinada pelo Brasil na Eco-92 e ratificada pelo Congresso em 1994, assegura a soberania dos países detentores de biodiversidade e recomenda a proteção ao conhecimento das comunidades tradicionais.

O Programa Nacional de Biodiversidade deverá ser reorientado de maneira a reforçar três aspectos: a identificação e localização das comunidades humanas nos ecossistemas, de modo a facilitar a definição da melhor categoria de unidades a serem criadas; a recomendação sobre medidas a serem tomadas em áreas fortemente antropizadas com vistas à sustentabilidade das atividades produtivas identificadas; e, maior atenção em relação à biodiversidade agrícola.

Apesar de não existirem estatísticas exatas sobre o tráfico de animais silvestres, o combate a este crime deve alcançar resultados eficientes principalmente através de ações governamentais que possibilitem uma melhoria das condições operacionais (fiscalização, infra-estrutura e verbas) do Ibama, das Polícia Federal, Florestal, Militar, Rodoviária e Civil e unifiquem a atuação destes órgãos entre si e com a sociedade civil (como ex. a Renctas - Rede Nacional Contra o Tráfico de Animais Silvestres) e demais órgãos de fiscalização e inteligência internacionais.

Propostas:

Rediscutir a Política Nacional de Biodiversidade (PNBio), com ampla participação de governos e entidades, capacitando recursos humanos e promovendo o levantamento sobre biodiversidade agrícola, conservação *in situ* e pesquisa científica.

Estabelecer um conjunto de ações de controle sobre a biopirataria, a partir de legislação apropriada, de fiscalização conjunta das áreas de meio ambiente, saúde e agricultura e de informação e educação ambiental junto às comunidades mais afetadas.

Reestruturar os conselhos da área de biodiversidade, com base em nova legislação e fortalecendo a participação das entidades, das comunidades tradicionais e locais e dos centros de pesquisa.

Reavaliar o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia - PROBEM, assegurando o controle social por meio da plena participação dos setores interessados em seus fóruns de decisão e o cumprimento de legislação apropriada de acesso aos recursos genéticos, proteção dos conhecimentos tradicionais e repartição justa e equitativa dos benefícios.

Incentivar atividades de pesquisas da biodiversidade dos biomas brasileiros, promovendo parcerias entre comunidades acadêmicas, poder público e Fundo da Biodiversidade e estimulando a formação profissional acadêmica, atualmente deficitária.

Realizar inventários biológicos, apoiando e recuperando o trabalho de museus e coleções de História Natural existentes no país.

Caatinga e Semi-árido

O semi-árido brasileiro compreende a maioria das terras dos estados do Nordeste, mais a região setentrional de Minas Gerais. Cobre mais de 115 milhões de hectares e nele vivem cerca de 30 milhões de brasileiros. Com o uso intenso do semi-árido, a vegetação natural tem sido largamente substituída pelo sistema agropastoril. O solo perde matéria orgânica e com isso vem a erosão. Os grandes projetos de agricultura irrigada – alguns já abandonados – além do uso intensivo de fontes superficiais e subterrâneas de água, vêm provocando a salinização acelerada do solo. Os impactos negativos atingem a economia e o meio ambiente. Toda esta região é assolada periodicamente pelo fenômeno da seca, conforme mostra a série histórica de ocorrências das secas no Nordeste de 1710 a 1993, verificado pela Sudene. A seca é cíclica e, de certa forma, previsível, não podendo ser tratada como um fenômeno excepcional. Isto significa que esta região precisa ser apoiada em suas estratégias de convivência com o semi-árido, inspirando novas iniciativas.

É possível oferecer boa qualidade de vida à população, valorizando principalmente o meio rural com ações prioritariamente voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, como eixo de estratégia de convivência com o semi-árido. Um novo modelo de agricultura para essa região terá como base as inúmeras experiências de comunidades e organizações em diversas localidades do Nordeste, sempre em diálogo com pesquisas científicas. O semi-árido brasileiro abriga também um grande número de pequenos e médios centros urbanos, a maioria em péssima situação financeira e com infra-estrutura deficiente. Propostas de convivência com o semi-árido vão orientar os investimentos na região no sentido da sustentabilidade regional compreendendo, entre outras medidas, a descentralização das políticas, com a priorização de investimentos em infra-estrutura social e econômica, particularmente nos municípios de pequeno porte, de modo a permitir o acesso da região aos mercados, assim como estímulos à instalação de unidades de beneficiamento da produção e empreendimentos não-agrícolas e a regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social.

O governo Lula buscará a sustentabilidade e a convivência com o semi-árido baseado em duas premissas: conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido e a quebra do monopólio de acesso à terra, à água e a outros meios de produção.

Propostas:

Intensificar a implantação do Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido (PPCSA).

Estimular a construção de poços comunitários, barreiros, cisternas e barragens sucessivas em pequenos rios.

Promover a democratização do acesso à água dos reservatórios públicos, com plano de gestão das águas para o semi-árido e viabilização das microbacias hidrográficas.

Desenvolver programas de proteção florestal dos mananciais, cursos d'água e recuperação de áreas degradadas, assim como implementar um programa de reflorestamento com espécies nativas da região.

Promover a proteção, ampliação e criação de novas UCs nos domínios da Caatinga, no âmbito de um zoneamento ecológico-econômico específico para o semi-árido e implementar uma política de fiscalização rigorosa do desmatamento, extração de terra e areia na região, com ações de manejo sustentável dos recursos.

Promover a valorização dos conhecimentos tradicionais e a criação de um programa de geração e difusão de informações e conhecimentos que facilitem a compreensão da dinâmica própria desse bioma.

Criação de uma linhas de crédito especial para o semi-árido.

Desenvolver programas de estímulo à pesquisa de exploração econômica sustentável de espécies nativas e condicionar as obras públicas de irrigação à prévia aquisição ou desapropriação das áreas a serem beneficiadas.

Promover a valorização da agricultura de sequeiro, do uso de técnicas alternativas e incentivar a inclusão do estudo e da utilização racional dos recursos naturais do semi-árido nos currículos escolares no Nordeste, assim como nas universidades e centros de pesquisa.

Promover um amplo debate sobre a transposição do São Francisco, com todas as forças sociais interessadas.

Cerrado

O bioma Cerrado ocupa quase um quarto do território brasileiro e abriga uma série de paisagens diferentes, cada uma delas formada por um rico mosaico de solos, vegetação e animais. Como está no interior do país, faz divisa com vários outros biomas – Floresta Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Matas de Araucária – formando nessas zonas de contato ecótonos particularmente rico em espécies. Nos domínios do Cerrado, brotam fontes de águas que vertem para as principais bacias hidrográficas da América do Sul.

A construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, próprio para o Cerrado, passa pela necessidade de conhecer em detalhes experiências que de alguma maneira possam oferecer subsídios à implementação de políticas direcionadas para o desenvolvimento regional compatível com a conservação dos recursos naturais do Cerrado.

Propostas:

Fortalecer junto ao FNMA linhas especiais para o Cerrado, para projetos sustentáveis, com ênfase em produção, beneficiamento e comercialização de produtos locais, ecoturismo, criação de animais silvestres e atividades geradoras de renda para a produção familiar e agroextrativista.

Criar programa de restauração ecológica de áreas degradadas pela agropecuária, mineração etc.

Incentivar a certificação de produtos, com base na produção orgânica e no caráter social da produção.

Pantanal

Cobrando cerca de 170.000 km², o Pantanal é a maior área úmida continental do planeta. Situado nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e estendendo-se sobre a Bolívia e o Paraguai, esta paisagem singular é caracterizada por um comportamento cíclico das águas. Na época das cheias, até 80% da região fica inundada, espalhando nutrientes e matéria orgânica por toda a região. A fauna aquática e semi-aquática é particularmente rica e variada – peixes e aves piscívoras, por exemplo. O Pantanal abriga uma mistura de elementos da flora e da fauna da Amazônia, do Cerrado e do Chaco. Possui uma grande diversidade de espécies de plantas superiores (mais de 1,6 mil espécies já foram catalogadas) e também uma elevada diversidade de espécies da fauna (incluindo, por exemplo, 263 espécies de peixes, 122 mamíferos, 93 répteis, 1.132 borboletas e 656 aves). A exemplo do que ocorre em outros biomas, há dentro do Pantanal um rico mosaico de paisagens diferentes, tais como áreas alagadas, florestas, cerrado, morrarias e planícies inundáveis, o que de certa forma inibe atividades produtivas extensivas e resulta em baixas densidades demográficas. Atualmente, o Pantanal está sob forte pressão econômica pela mudança do padrão de ocupação e de uso dos recursos naturais, com a intensificação da pecuária, a introdução da cafeicultura moderna e a promoção de novos assentamentos humanos. Isso tem levado a um aumento na ocorrência de queimadas, construção de estradas e de diques, atividades de alto impacto sobre a circulação das águas e sobre as teias alimentares de toda a biota.

Propostas:

Implantar, em acordo com os governos do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, um programa de proteção do Pantanal.

Realizar Estudos de Impacto Ambiental sobre o projeto internacional da hidrovía Paraguai-Paraná.

Recuperar, em conjunto com os governos estaduais, os principais rios, por meio de investimento, com vistas a tratar o esgotamento sanitário.

Incentivar a produção certificada, especialmente do chamado “gado verde ou orgânico”.

Estabelecer parceria com os governos estaduais no monitoramento das águas subterrâneas.

Incentivar e investir em programas diversificados de ecoturismo, evitando-se que um número excessivo de visitantes freqüente uma mesma área.

Mar e zona costeira

A Zona Costeira é um dos quatro grandes complexos de ecossistemas considerados “patrimônio nacional” pela Constituição Federal de 1988 (art. 225, § 4º). Essa região compreende uma faixa de 8.698 km de extensão e, aproximadamente, 388.000 km² de área. Em sua parte terrestre, ao longo da qual existem mais de 500 municípios, contempla um mosaico de ecossistemas de alta relevância ambiental. A área marinha, que coincide com o mar territorial de 12 milhas náuticas, também apresenta relevância em termos de biodiversidade e recursos naturais estratégicos. Já as áreas marinhas sob jurisdição nacional compreendem, além do Mar Territorial, a Zona Econômica Exclusiva, que se estende de 12 a 200 milhas náuticas (370,4 km) da costa, abrangendo uma extensão geográfica de cerca de 3,5 milhões de km², e a plataforma continental, atualmente em fase de delimitação, estimando-se sua superfície em 4,2 milhões de km². Vivem hoje, ao longo da Zona Costeira, cerca de 37 milhões de brasileiros. É nela que encontramos também seis das dez maiores aglomerações urbanas existentes no país (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre). Além disso, é onde se concentra um número substancial de bases industriais de setores que tradicionalmente provocam grandes impactos negativos sobre o meio ambiente (petroquímica, química, celulose etc.). Nas áreas marítimas sob jurisdição nacional, a pesca tem grande relevância socioeconômica, constituindo uma atividade intensiva em mão-de-obra, assegurando cerca de 800.000 empregos diretos e envolvendo um contingente de cerca de três milhões de empregos indiretos.

Desde o início dos anos 1990, foi instituído pelo governo federal um Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), que já apontava a necessidade de serem criados três instrumentos básicos de ação, como o SIGERCO, o Programa de Zoneamento Costeiro e a elaboração de Planos de Ação e Programas de Monitoramento. Tais instrumentos precisam ser construídos e potencializados em parceria com os estados e em articulação com a sociedade civil. O governo Lula desenvolverá políticas que reavaliem os recursos pesqueiros do País, pois hoje quase 80% de nossas principais pescarias são excessivamente exploradas. Nas áreas de manguezais, devem ser monitoradas as atividades produtivas, assegurando-se que não provoquem impactos ambientais e que não ameacem a atividade de pescadores artesanais. Essas comunidades litorâneas serão apoiadas na criação de reservas extrativistas, onde couber, e na comercialização e modernização de sua produção, assegurando a sustentabilidade econômica, social e ambiental de suas atividades. Escolas de pesca, fazendas marinhas, entre outras atividades, poderão ampliar as possibilidades de renda dessas comunidades, favorecendo inclusive melhores condições de segurança alimentar.

Propostas:

Fortalecer e reformular a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), com destaque para o fortalecimento do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro.

Criar fóruns de discussão integrados pelos governos federal, estaduais e municipais, organizações da sociedade civil e da comunidade científica, para formular políticas setoriais para a Zona Costeira.

Potencializar as ações e informações geradas pelo Programa de Avaliação dos Recursos Vivos da Zona Econômica (REVIZEE) e pelo Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC).

Promover uma nova regulação do uso de recursos pesqueiros, buscando construir uma exploração sustentável, por meio da co-gestão (Estado, pescadores, empresários e sociedade civil).

Criar novas UCs de proteção integral, além de implantar e ampliar as reservas extrativistas marinhas.

Implementar mecanismos de acesso ao crédito rural para o setor pesqueiro.

Estabelecer um Plano Diretor de Pesca e Aqüicultura e apoiar a criação de grupos regionais de aqüicultura nos estados.

Recursos minerais

Historicamente, a exploração de recursos minerais no Brasil tem se revelado extremamente danosa ao meio ambiente. A legislação atual já exige que os empreendedores efetuem a recuperação das áreas mineradas após o esgotamento da jazida. A legislação também exige, além de instrumentos de avaliação de impactos ambientais, como o EIA/RIMA, a execução de Planos de Controle Ambiental e de Recuperação de Áreas Degradadas. A recuperação de áreas exploradas deverá ser uma prioridade nesse setor, a partir de situações graves como nas jazidas de ferro em Itabira ou a de ouro em Morro Velho (ambas em MG) onde depois do esgotamento, restou apenas buraco, sujeira, doenças e aposentadorias irrisórias. Os danos ambientais decorrentes da atividade de mineração ocorrem não só em grandes empreendimentos, mas também em atividades de exploração dos chamados minerais da Classe II (cascalho, areia, saibro etc), comuns até mesmo em centros urbanos. O Governo Federal deverá reformular toda a política de incentivo à produção e exportação de minerais, direcionando a mesma para uma maior agregação de valor. Esses produtos vêm sendo exportados praticamente *in natura*, sem a preocupação com o uso de novas tecnologias.

Propostas:

Efetuar avaliação no sistema de concessão de pesquisa e lavra para atividades de mineração e fortalecer os órgãos responsáveis pela regulamentação e fiscalização ambiental dos empreendimentos de mineração e garimpo.

Exercer maior controle sobre o cumprimento de planos de controle ambiental e de recuperação de áreas degradadas.

Reformular a política de incentivos à produção e exportação de minerais, direcionando-a para atividades com maior valor agregado.

Estudar, a partir da legislação atual, a questão do pagamento de *royalties* pela exploração de minério, a exemplo do que ocorre com o petróleo.

Garantir o uso de equipamentos que evitem a contaminação por mercúrio nos processos de garimpo de ouro.

Alterações climáticas

A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, assinada durante a Eco-92, além de metas e prazos para a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa

e do aquecimento do planeta, consolidou o princípio da precaução, que obriga os países signatários a tomar medidas que evitem impactos do efeito estufa sobre o ambiente. O aquecimento global já está provocando o degelo gradativo das calotas polares, o que tem causado a elevação do nível do mar com possíveis inundações de cidades litorâneas e ilhas. O governo Lula vai implementar o Protocolo de Kyoto no Brasil, procurando definir e cumprir as metas de redução de emissões, inclusive com a redução de queimadas e incêndios florestais.

Propostas:

Realizar um programa nacional de pesquisa sobre emissões de gases no País, procurando estabelecer uma política nacional de controle de emissões, com incentivo ao uso de gás natural e de outras fontes energéticas menos impactantes.

Incentivar o uso de fontes energéticas renováveis não poluentes.

Desertificação

A desertificação é um fenômeno de degradação do solo em regiões áridas, semi-áridas e sub-úmidas, que implica em perda de produtividade biológica ou econômica, sendo resultante de vários fatores, entre os quais, variações climáticas e atividades humanas impactantes. A seca não é a causa da desertificação, mas associa-se a ela como um elemento de deterioração da capacidade produtiva da terra. No sudoeste do Rio Grande do Sul está em curso também um processo semelhante conhecido como “arenização”. No interior do Nordeste brasileiro, as áreas mais susceptíveis à desertificação totalizam 980.711 km², ou 63% da região, sendo que 10% destas áreas já estão gravemente afetadas pela desertificação. As causas mais frequentes são desmatamento, sobrepastoreio, irrigação inadequada, mineração e cultivos excessivos.

Devemos também salientar causas estruturais da desertificação, ligadas à ausência de políticas públicas e ao assistencialismo, que predomina na região denominada também de Polígono das Secas. Uma política eficaz de combate à desertificação só terá êxito se houver a implementação de mecanismos que democratizem e descentralizem a implementação das políticas públicas. O Brasil já assinou a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, comprometendo-se a atacar as causas profundas da desertificação, bem como integrar as estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca.

Propostas:

Estabelecer uma política regional de combate às causas e efeitos da desertificação, com a restauração ecológica de áreas degradadas, qualificação dos agricultores, manejo e criação de banco de sementes.

Ampliar os programas de conservação dos solos e estimular a substituição do atual modelo e exploração de lenha, que envolve desmatamento, por técnicas alternativas de geração de energia limpa.

Implementar o Programa Nacional de Combate à Desertificação, com programas de prevenção, difusão de barragens subterrâneas e de drenagem e dessalinização de áreas irrigadas.

Desenvolver sistemas de indicadores para identificação e monitoramento de processos de desertificação e de gerenciamento dos efeitos da seca e desertificação, incluindo sistemas de alerta precoce e de preparação das defesas civis.

Fontes alternativas para financiamento da política socioambiental

O governo Lula buscará formas alternativas e instrumentos institucionais capazes de contribuir para a implantação de seu programa socioambiental.

- Proposta de discussão sobre novos mecanismos de financiamento
- Institucionalizar mecanismos que permitam traduzir em ganhos efetivos para o meio ambiente as ações dos beneficiários desses instrumentos
- Formação de fundos especiais para o financiamento de políticas e programas específicos, vinculados ao FNMA
- Discutir reformulação do Imposto Territorial Rural (ITR) e sua utilização para fins de desenvolvimento sustentável e correção de impactos ambientais negativos no campo
- Incorporar a dimensão social e ambiental na avaliação de financiamentos oficiais e na concessão de incentivos fiscais
- Sinergia de esforços e recursos a partir da formação de parcerias governo-sociedade
- Reestruturar e revitalizar o papel do FNMA, especialmente através de empréstimos contratados junto ao BID
- Estabelecimento de sistema de permissões negociáveis para poluição ou usuários de recursos escassos, que seriam leiloadas ou vendidas, havendo um controle e monitoramento de seu cumprimento e permissão de sua livre negociação no mercado por meio de preços não-regulados
- Utilizar recursos pagos por poluidor, através de acordos por meio de litígios e cortes de Justiça, para reparar danos causados ao meio ambiente
- Instituir taxas de emissão de efluentes, taxas de usuários e taxas de produtos prejudiciais ao meio ambiente
- Estabelecer programa de visitação pública e ecoturismo em UCs, como fonte de recursos para administração dos parques
- Apoiar a aprovação do Projeto de Lei que cria o Fundo para a Amazônia com recursos da Suframa (em tramitação no Congresso)
- Apoiar a aprovação do Projeto de Lei do *FPE Verde* que reserva 2% do FPE para investimentos dos estados em desenvolvimento sustentável (em tramitação no Congresso)

IV. Propostas de integração com outras políticas

Reforma agrária

O governo Lula estabelecerá uma política agrária que considere a importância da dinâmica ambiental na democratização do acesso à terra. A reforma agrária deverá intensificar a aplicação dos princípios da agroecologia ou da agricultura orgânica, entendidas como a produção agrícola

compatibilizada com cada contexto ambiental, tendo o ser humano como o foco central do processo.

Propostas:

Integrar ao programa de reforma agrária alternativas de assentamentos apropriadas para áreas de floresta, terra-firme, cerrado, várzea, semi-árido, entre outros, combinando assentamentos agrícolas em módulos tradicionais, com reservas e assentamentos extrativistas.

Rediscutir o conceito de terra produtiva que ainda vê o desmatamento como benfeitoria e incorporar às diretrizes da reforma agrária a proteção das áreas de preservação permanente (nascentes e olhos d'água, florestas ciliares e de encostas etc.), o uso adequado das reservas legais e a orientação apropriada à atividade florestal sustentável.

Transformar em proposições legais instrumentos administrativos que coíbem a ocupação e o uso de áreas de floresta primária e secundária em adiantado processo de sucessão ecológica, incentivando os sistemas agroflorestais.

Criar programas, como os pólos agroflorestais, no entorno das cidades como áreas prioritárias para reassentamento de famílias de ex-agricultores habitantes de áreas periféricas, aproveitando a "ruralidade das cidades regionais".

Criar, em conjunto com os estados, programas de regularização das áreas de posseiros, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

Realizar programas de educação ambiental junto a assentados e trabalhadores sem-terra.

Agricultura

Um desenvolvimento rural sustentável deve se basear numa visão sistêmica da atividade agropecuária, com ênfase no apoio à produção familiar. Inúmeros estudos confirmam a maior aptidão dessa modalidade para a sustentabilidade em sentido amplo. A diversificação produtiva é uma tendência do extrativismo e da agricultura familiar que contribui para um relativo equilíbrio, com a conservação de solo, da água e da biodiversidade. Em lugar de práticas predatórias e nocivas ao meio ambiente, além de pouco geradoras de empregos, como a monocultura em larga escala, devem ser incentivadas a diversificação e a verticalização da produção agrícola, especialmente de molde familiar, a agroecologia e a agricultura orgânica.

Propostas:

Facilitar o acesso ao crédito para os produtores familiares, revitalizando e melhorando as condições do Prodex, Procera e Pronaf, incorporando a sustentabilidade, com taxas preferenciais para aqueles que adotarem práticas e sistemas apropriados.

Rediscutir a orientação da pesquisa agrônômica, enfatizando a tecnologia agroecológica, reciclando e capacitando os técnicos no trabalho junto aos agricultores familiares, com maior investimento em pesquisa tecnológica, assistência técnica e extensão rural e florestal.

Estimular a compra pública (merenda escolar, restaurantes universitários, hospitais, Forças Armadas, presídios etc.), dos produtos da agricultura familiar.

Criar redes de negócios sustentáveis, especialmente no âmbito da agricultura familiar.

Rediscutir os fundos constitucionais, realçando os projetos sustentáveis.

Incentivar a conservação do solo e a recuperação de nascentes, florestas ciliares, de encostas e topos.

Incentivar a descentralização da agroindústria, revitalizando mercados locais e sub-regionais.

Implantar o programa Proambiente, uma nova linha de financiamento da produção familiar voltada para a sustentabilidade das atividades agrícolas.

Transgênicos

Desde 1995, o Brasil possui uma Lei de Biossegurança (8.974/1995) que procura controlar a introdução e o uso de OGMs em seu território.

Propostas:

Assegurar a realização de uma avaliação ambiental estratégica, além dos estudos de impacto ambiental, aferindo os impactos do eventual ingresso do Brasil no grupo de nações que praticam cultivos com sementes transgênicas, bem como a intensificação da pesquisa científica, em especial quanto a avaliações exaustivas sobre impactos toxicológicos e socioeconômicos.

Estabelecer ações integradas de controle, fiscalização e repressão a plantios clandestinos e ilegais no país.

Apresentar proposta de rotulagem para o Congresso, oferecendo um instrumento legal compatível com a defesa do direito do consumidor.

Rediscutir a composição e as funções da CTNBio.

Promover e incentivar estudos e experiências de conservação e recuperação da biodiversidade no campo das variedades vegetais e de raças de animais utilizados na agropecuária, através das Casas de Sementes comunitárias espalhadas pelo país; “feiras de diversidade” para troca de material genético, como sementes de essências vegetais, plantas medicinais, além de recursos fitogenéticos.

Implementar um sistema de intercâmbio com agricultores (*conservação/on farm*) para multiplicar, reincorporar em seus sistemas produtivos, fazer seleção, melhorar e retornar o produto obtido aos centros.

Política urbana

Incorporar a perspectiva ambiental na concepção, definição, implementação e avaliação permanentes de políticas públicas setoriais urbanas é uma necessidade e uma oportunidade de racionalização da ação governamental, justamente onde se encontra e vive a maioria da população. Essa deve ser uma diretriz do planejamento urbano, tarefa pertinente à parceria entre as três esferas de governo. Uma política urbana consistente deve contemplar a busca de soluções para problemas como a ocupação irregular do solo, especialmente de áreas de risco e de preservação permanente; a impermeabilização do solo; os baixos índices de áreas verdes por habitante; o aumento da temperatura média nos grandes centros; o saneamento ambiental deficitário; a produção, a distribuição e o consumo de energia; o transporte coletivo; o déficit habitacional, a insalubridade nas favelas e o uso de técnicas de construção anti-ecológicas; as carências relacionadas à coleta e disposição de resíduos sólidos; a poluição sonora; a má qualidade do ar; a ausência de planos diretores de drenagem; e as endemias urbanas associadas à má qualidade da água ou do saneamento (diarréias infecciosas, dengue etc.).

Mobilidade sustentável

A política nacional de mobilidade urbana enfatiza o uso do automóvel particular que, em todas as suas interfaces, tem afetado violentamente o meio ambiente e a vida das pessoas. No Brasil, a estimativa de crescimento anual da frota de veículos automotores é de 4%, contra 1,5% que é considerado o ideal pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 1995, eram 25 milhões de veículos em circulação; atualmente são 31 milhões e estima-se para 2010, uma frota de 47 milhões. Esses números eqüivalem a um crescimento de 88% contra uma projeção de 45% para o crescimento da população no mesmo período (fonte ANTP). A Conferência do Habitat II, realizada em Istambul, lançou o desafio do transporte público como um serviço digno e acessível à população. Isso implicaria apropriação mais democrática do espaço e do tempo na circulação urbana. Deve-se priorizar o transporte coletivo, com a descentralização desse serviço nas grandes cidades, o ciclismo e o deslocamento a pé. Para o desenvolvimento de uma política de transporte com bases ecológicas, deve-se apontar uma inversão de prioridades, apoiando e incentivando o uso de modais de transportes públicos de massa, como trens e metrô, e alternativos, como a implantação de ciclovias.

Propostas:

Desenvolver políticas públicas que garantam metas e procedimentos de reintrodução crescente dos resíduos no ciclo produtivo (alumínio, plásticos, papel e papelão, compostagem, resíduos da construção civil, dentre outros), gerando renda e ocupação para contingentes socialmente excluídos.

Investir em projetos de revitalização e sustentabilidade urbana em pequenas e médias cidades, especialmente da Amazônia, do NE e do CO.

Incentivar estudos mais precisos sobre parâmetros de controle para radiação provocada por antenas e aparelhos de telefonia celular.

Apoiar políticas de regularização fundiária de ocupações irregulares, assegurando a conservação das áreas de mananciais.

Incentivar a elaboração dos Planos Diretores fundamentados em bases ecológicas, especialmente quanto à conservação e recuperação de áreas verdes urbanas, nascentes e menor impacto sobre permeabilidade do solo.

Discutir com os municípios padrões restritivos para a emissão de resíduos e poluentes no ar, como critério para seleção de empresas concessionárias de serviços públicos de transporte coletivo nas cidades.

Estimular o desenvolvimento de políticas de circulação urbana que privilegiem a mobilidade das pessoas, e não de veículos.

Alterar o sistema de transporte, privilegiando o transporte coletivo e incentivando os modais de transporte coletivo metro-ferroviário.

Incentivar a pesquisa tecnológica para o desenvolvimento de veículos de transporte coletivo, de carros elétricos ou movidos a combustíveis não-poluentes.

Discutir os rodízios e pedágios urbanos.

Preparar as bases para a implantação de um programa nacional cicloviário.

Política industrial

No replanejamento do sistema produtivo, a primeira preocupação do governo Lula será o estabelecimento de uma política industrial que articule as necessárias mudanças na produção com a incorporação de novas tecnologias ambientais em curso, buscando alterar o ciclo linear – produz, consome e despeja – para o circular e definir a responsabilidade das empresas pelo ciclo de vida de seus produtos. Os trabalhadores urbanos e rurais submetem-se freqüentemente aos riscos de tecnologias sujas, muitas das quais proibidas ou já abolidas nos países mais industrializados. Esse ciclo de irresponsabilidade ambiental e social de empresas poluentes e, igualmente, de muitos gestores e órgãos governamentais, ameaça o conjunto da sociedade.

Propostas:

Incentivar as indústrias a adotarem padrões internacionais de ecoeficiência, responsabilidade social e certificação.

Implantar na reforma tributária mecanismos de incentivo à introdução de práticas sustentáveis na indústria e de taxaço para processos de poluição.

Estimular a pesquisa tecnológica de processos sustentáveis e de tecnologias ambientalmente eficientes.

Incentivar programas industriais de substituição de substâncias perigosas, como o asbesto.

Integrar a política ambiental com as DRTs, buscando implantar melhores condições ambientais nos locais de trabalho.

Ratificar a Convenção de Estocolmo - que determina o banimento completo da chamada “dúzia suja”: aldrin, clordano, mirex, dieldrin, DDT, dioxinas, furanos, PCBs, endrin, heptacloro, HCBs e toxafeno - revendo os pedidos de exceções temporárias junto a empresas e trabalhadores.

Energia

O mundo caminha para as energias limpas. Depois de ter vivido o século XX, denominado por muitos como o século do petróleo, a humanidade ensaia neste início de século uma transição para as energias limpas, tais como a solar (para geração de calor e eletricidade), a eólica e a queima de biomassa, entre outras. O uso cada vez maior dessas fontes, em substituição ao petróleo, por exemplo, torna possível a idéia de desenvolvimento sustentável. O gás natural ainda representa o combustível fóssil que menos prejuízos traz ao meio ambiente, mas há que se considerar os custos e os impactos do transporte do mesmo e reconhecer que nosso país tem um gigantesco potencial nas áreas solar, eólica, biomassa, sem falar nas pequenas hidrelétricas.

Propostas:

Intensificar os estudos sobre locais apropriados à implantação de pequenas e médias hidrelétricas.

Intensificar as pesquisas e os investimentos em fontes limpas de energia, como eólica e solar.

Realizar auditorias ambientais nas fontes geradoras de energia nuclear.

Realizar estudos e projetos experimentais de maneira a ampliar as possibilidades de reaproveitamento da biomassa (Pró-Álcool, biodiesel, biogás).

Criar um amplo programa de eletrificação rural.

Turismo

O turismo no Brasil tem um grande potencial de desenvolvimento, considerando as dimensões do seu território e, em particular, a diversidade e a qualidade das opções que podem ser oferecidas aos visitantes e turistas brasileiros e estrangeiros. Além disso, é um dos setores da economia que mais gera postos de trabalho. O turismo associado à cultura e principalmente à natureza foram as preferências de público que mais se expandiram nos últimos anos. O governo Lula incentivará o ecoturismo associado às metas da conservação, da educação ambiental e da geração de renda para comunidades locais. As UCs podem encontrar nessa atividade uma fonte também para a sua manutenção. O crescimento dessa atividade deve ser monitorado e controlado pelos órgãos ambientais responsáveis e pelas agências encarregadas da atividade turística.

Proposta:

Estruturar uma política nacional de ecoturismo.

Ciência e tecnologia a serviço da qualidade ambiental

No governo Lula o investimento na área da ciência (básica e aplicada) e da tecnologia ocupará lugar estratégico, seja para estimular os processos de, seja para aproveitar melhor a capacidade já instalada no País, como o sensoriamento remoto. Como forma de monitoramento dos desmatamentos, esse recurso precisa se transformar num instrumento gerador de políticas públicas, indo além do anúncio anual sobre quanto o país perdeu com o desflorestamento. Esse serviço poderá orientar as ações dos governos (federal, estaduais e municipais), inclusive quanto ao licenciamento ambiental. Apesar de sua origem controvertida, o Sivam, um dos instrumentos de controle ambiental mais dispendiosos e caros de todo o mundo (US\$ 1,4 bilhão), poderá se constituir num instrumento apropriado para uma nova política de controle e informação sobre a Amazônia, desde que integrado ao Sipam - Sistema de Proteção da Amazônia - concebido para controlar e monitorar as informações obtidas. Essa integração, porém, ainda não foi implementado, colocando em risco grande parte do investimento já realizado.

Propostas:

Rediscutir os fundos setoriais no âmbito do MCT.

Estabelecer mecanismos de articulação efetiva entre MCT e MMA.

Educação Ambiental

O governo Lula desenvolverá seu programa de meio ambiente e de qualidade de vida baseado permanentemente em políticas de educação ambiental.

Propostas:

Dinamizar o Programa Nacional de Educação Ambiental, com destaque para a capacitação de professores e de melhor utilização dos materiais.

Fortalecer os espaços existentes para a formação ambiental, nos níveis fundamental, médio, superior, na educação popular e nos espaços não-escolarizados.

Siglas

ABETRE – Ass. Bras. de Empr. de Tratamento, Recuperação e Disposição de Resíduos Especiais
ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ALCA – Acordo de Livre Comércio das Américas
ANA – Agência Nacional de Águas
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Mundial
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CIRM – Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CORSAN – Cia. Riograndense de Saneamento
CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
EIA/RIMA – Estudo e Relatório de Impacto Ambiental
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETE – Estação de Tratamento de Esgoto
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente
FPE – Fundo de Participação dos Estados
FUNASA - Fundação Nacional da Saúde
G-77 – Grupo dos 77 países em desenvolvimento
G-7 – Grupo dos 7 países desenvolvidos
GEF – Fundo Global de Meio Ambiente
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
INESC – Instituto de Pesquisas e Estudos Socioeconômicos
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITR – Imposto Territorial Rural
LBA – Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia
MMA – Ministério do Meio Ambiente
NASA – Agência Aeroespacial Americana
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OGM – Organismo Geneticamente Modificado
OMC – Organização Mundial de Comércio
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PLANASA – Plano Nacional de Saneamento
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar
PNBio – Política Nacional de Biodiversidade
PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNUMA – Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente
PPA – Plano Plurianual
PPG-7 – Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais (apoiado pelo G7)
RPPN – Reserva Particular de Proteção Natural
SEMAD – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT
SIGERCO – Sistema Nacional de Informações do Gerenciamento Costeiro
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia
SMAD – Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT
SNUC – Sistema Nacional de UCs
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UCs – Unidades de Conservação

Expediente

Coligação Lula Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva – Candidato a Presidente

José Alencar – Candidato a Vice-Presidente

Partidos da Coligação

Partido dos Trabalhadores (PT) – José Dirceu de Oliveira e Silva (Presidente)

Partido Comunista do Brasil (PcdoB) – José Renato Rabelo (Presidente)

Partido Liberal (PL) – Valdemar Costa Neto (Presidente)

Partido da Mobilização Nacional (PMN) – Oscar Noronha Filho (Presidente)

Partido Comunista Brasileiro (PCB) – Zuleide Faria de Melo (Presidente)

Comissão de Programa de Governo

Coordenador

Antonio Palocci Filho

In memoriam

Celso Daniel

Membros

Aloízio Mercadante, Gilney Viana, Jorge Bittar, Luiz Dulci, Luíz Marinho, Marcel Frison, Marcelino Pies, Marcelo Déda, Márcio Meira, Marco Aurélio Garcia, Maria da Conceição Tavares, Maria Victória Benevides (Ouvidora), Marina Silva, Marta Suplicy, Matilde Ribeiro, Miguel Rossetto, Nelson Pelegrino, Oded Grajew, Patrus Ananias, Ronald Rocha, Tania Bacelar, Tarso Genro.

Convidados

Gilberto Carvalho, Ivete Garcia, Newton Lima Neto, Ricardo Carneiro,

Ana Maria da Fonseca, Glauco Arbix

Coordenação Executiva

Antonio Prado e Clara Ant

Caderno Temático de Programa de Governo:

Meio Ambiente e Qualidade de Vida no Brasil

Colaboradores do texto

Adriana Ramos, Alessandro Barcelos, Álvaro Alencar, Aziz Ab'Saber, Carlos Minc, Chico Floresta, Christiane Godoy, Claudio Langone, Elaine Cristina Cardoso Fidalgo, Felipe A. P. L. Costa, Fernando Ferro, Fernando Gabeira, Fernando Lyrio, Gérson Almeida, Gérson Teixeira, Gilney Viana, Gumercindo Souza Lima, Henry Acselrad, João Bosco Senra, Larissa Costa, Leandro César Signori, Luiz Carlos Rodrigues, Manoel Baltazar Costa, Marcel Bursztyń, Marcos Barros, Marcos Montenegro, Maria do Carmo Lara, Maria Rilda Oliveira, Mariani Paoli, Marina Silva, Maurício Laxe, Maurício Mercadante, Michèle Sato, Miriam Dualibi, Moema Viezzer, Muriel Saragoussi, Nazareno Afonso, Nilo Diniz, Nilvo Luiz Alves da Silva, Paulo Bidegain, Paulo Bretas, Rachel Trajber, Renato Ferreira, Roberto Guimarães, Roberto Ulisses Resende, Rodolfo Rangel, Rubens Born, Sérgio Ricardo Lima, Titan de Lima, Wilson Cabral de Souza Jr.

Capa: Duda Mendonça

Diagramação: Paulo de Tarso Souza

Comitê Lula Presidente

Rua José de Magalhães, 340. São Paulo - SP - CEP 04026-090

Tel. (11)5908-6888 - Fax (11) 5908-6888 ramal 6834

Propostas 0800-708 5013

e-mails:

secretariapag@pt.org.br, ouvidoria@lula13.org.br e pag2002@pt.org.br

Sítios Úteis

www.lula.org.br, www.pt.org.br, www.liderancadopt.org.br,

www.icidadania.org.br, www.fpabramo.org.br



www.lula.org.br